



**CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE:
INDICADORES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Valleria Araujo de Oliveira¹
Ana Márcia Silva²

RESUMO

Este trabalho situa-se no âmbito da pesquisa social em educação e conhecimento, com perspectiva descritivo-exploratória, e objetivou verificar qual o aparato legal existente, quais são as percepções e as ações educativas com relação às questões de gênero e sexualidade, por parte dos professores e professoras de Educação Física em escolas Municipais e Estaduais na cidade de Goiânia. Como instrumento de pesquisa utilizou-se análise documental, tendo as políticas públicas como foco para pensar nestas temáticas. Além disso, foi utilizado questionário semi-estruturado e a partir das análises, identificou-se que grande parte dos educadores não se considera preparada para trabalhar com essas problemáticas.

INTRODUÇÃO

Ao fazermos um apanhado histórico acerca da temática igualdade de gênero a partir do século XX, podemos destacar vários movimentos que auxiliaram nas conquistas que obtivemos até hoje. Um exemplo seria a ampliação do papel das mulheres no mercado de trabalho juntamente com os movimentos feministas, movimentos estes que desencadearam uma grande luta pela igualdade de gênero e pela liberdade sexual, processo ainda não plenamente assegurado.

Atualmente, contamos com princípios e políticas públicas os quais são construídos com o objetivo de haver igualdade de condições junto à sociedade. Segundo a Constituição da República Federativa Brasileira, no capítulo sobre Direitos e Garantias Fundamentais, seu artigo 5º nos traz que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, ressaltando também que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Embora estas leis venham para garantir essa igualdade, ainda assim há ocorrência de preconceitos e várias formas de violência relacionadas a gênero e a sexualidade. Dentro da escola, instituição que deveria ser promotora da conscientização do respeito à diversidade, as diferenças de gênero, ainda se pode observar preconceitos e violências, sejam estes entre escolares, sejam entre professores e gestores.

Documentos voltados para as políticas educacionais têm abordado essas temáticas de forma a nortear o trabalho dos professores. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),

¹ Estudante do curso de Licenciatura em EDUCAÇÃO FÍSICA / UFG, bolsista PIBIC/CNPq. Integrante do Laboratório *Physis* de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza - LABPHYSIS – Faculdade de Educação Física (FEF) /Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora da FEF/UFG e Coordenadora do LABPHYSIS.



temos um capítulo nos temas transversais que aborda essas temáticas, onde a Educação Física é apontada como um espaço privilegiado para a orientação sexual³.

Ao que tange a relação entre Educação Física e as questões de gênero, Lima (2007, p.248) nos indica que,

A disciplinarização dos corpos também atravessa a formação das identidades de gênero, marcada pelo predomínio de uma tradição biológica/tecnicista arraigada na história e nas práticas da Educação Física. Essa tradição pode ser percebida nas práticas escolares na quais prevalecem a prática desportiva e a divisão das atividades entre meninos e meninas. A aula de Educação Física, desta forma, acaba fortalecendo padrões e estereótipos de gênero, produzindo sujeitos masculinos e femininos.

A divisão entre meninos e meninas apontada por Lima (2007), reflete os estereótipos construídos socialmente os quais designam papéis femininos e masculinos atribuídos a homens e mulheres de forma a naturalizar e apontar qual seria o papel na perante a sociedade. E é dentro da escola que esses papéis se reproduzem ocorrendo de forma mais ou menos explícita e onde também são reforçados.

Responsável por trabalhar a cultura corporal no âmbito escolar, a disciplina curricular obrigatória Educação Física traz consigo a construção desses corpos através das práticas corporais tais como esporte, os jogos e brincadeiras, as danças, as ginásticas e lutas. Ao ser apontada pelos PCNs como um dos espaços possíveis para se trabalhar com a educação sexual, reforça a compreensão de que a Educação Física, pelas diferentes manifestações e representações dos corpos, pode contribuir mais efetivamente com a construção da identidade de meninos e meninas, buscando superar os estereótipos de gênero.

Para Louro (1995 apud Lima 2007, p. 89), “...podemos pensar então que as práticas escolares, como todas as outras, participam desse processo e, portanto, também imprimem no corpo de crianças e jovens disposições, atitudes, hábitos, comportamentos, que, num determinado momento e espaço social, são considerados como adequados à formação de meninos ou meninas”.

Embora haja papéis atribuídos para serem desempenhados especificamente por homens e mulheres, é importante ressaltar que estes foram socialmente construídos, em tensão com alguma liberdade individual, respeito às particularidades e a diversidade.

Fica então um questionamento. Será que o governo e as políticas públicas têm dado subsídios para que as escolas abordem adequadamente as questões de gênero e sexualidade, ou seja, tem-se proporcionado condições para legitimar os direitos humanos através da prática pedagógica?

Deste modo, essa pesquisa desenvolve-se com o intuito de verificar como os professores(as) lidam com essas problemáticas no cotidiano e em sua prática pedagógica.

³ Segundo Louro (1999 apud Altmann, 2007, p.132) os PCNs utilizam a expressão orientação sexual para se referir à educação sexual. No entanto, no campo de estudos de gênero e de sexualidade, nos movimentos sociais e, de modo geral, na bibliografia acadêmica internacional, orientação sexual é um termo utilizado para indicar qual o sexo (masculino ou feminino) pelo qual uma pessoa sente-se atraída ou elege como objeto de desejo e afeto. Nos dias de hoje, em nossa cultura, são reconhecidos três tipos de orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. É nesse sentido que a expressão orientação sexual é empregada neste artigo. Educação sexual, por sua vez, refere-se a práticas educativas que têm a sexualidade como tema.



OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo verificar quais são os aparatos legais, as percepções e como ocorrem as ações educativas dos professores de Educação Física de escolas Municipais e Estaduais de Goiânia com relação às questões de gênero e sexualidade, tomando as políticas públicas como eixo para se pensar nestas problemáticas, de modo a gerar conhecimento e praticas educativas que subsidiem a formação inicial e continuada em Educação Física voltada à atuação consciente, crítica e competente em termos de igualdade de gênero, sexualidade e formação humana.

METODOLOGIA

Com o objetivo de contemplar todas as regiões da cidade de Goiânia, em princípio foi feito um mapeamento de todas as escolas das redes municipais e estaduais de ensino para que assim fosse selecionadas uma escola estadual e uma municipal em cada uma regiões para a aplicação dos questionários da pesquisa.

Após este mapeamento foram selecionadas 24 escolas nas 12 regiões de Goiânia. O primeiro contato foi feito com as secretarias municipais e estaduais de educação para que fosse autorizado e pudéssemos realizar a pesquisa nas escolas. Assim que as secretarias forneceram tais autorizações, a participação na pesquisa ficou a cargo do interesse das escolas em colaborar com a mesma, por meio dos seus professores de Educação Física que assinaram os termos de compromisso⁴.

Embora o objetivo tenha sido realizar a aplicação dos questionários em 24 escolas, só foi possível a aplicação destes em 21 escolas devido à resistência de algumas instituições em participar da pesquisa, entretanto, foi possível contemplar todas as regiões. Foram aplicados questionários a 34 professores de Educação Física, sendo estes de 13 escolas municipais, 7 escolas estaduais, e em uma escola conveniada.

Os questionários foram elaborados e divididos em blocos de questões fechadas e abertas. Cada bloco foi dividido por uma temática, sendo 9 questões relacionadas a temática corpo, 8 questões relacionada a gênero, 6 ligadas à sexualidade, 9 questões direcionadas à prática pedagógica, bem como um bloco contendo 20 questões relacionadas à identificação sócio-econômica e perfil dos professores.

O primeiro bloco de questões teve como objetivo identificar o perfil de cada professor a partir de questões referentes ao sexo biológico, à orientação sexual, idade, estado civil, bem como perguntas relacionadas à formação inicial e continuada dos professores, e também sobre o perfil socioeconômico dos mesmos.

Por meio das respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, foi possível realizar um mapeamento do perfil dos professores e professoras, melhor contextualizando suas respostas seguintes por meio da compreensão da realidade social de cada um dos respondentes.

⁴ O(a)s professores(as) participaram de forma consentida livre e esclarecida por meio da assinatura de um termo que garantia a participação. A pesquisa foi devidamente aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob o nº 158/2008.



Nas questões sobre a temática corpo objetivou-se verificar as concepções e ideais de corpo as quais os professores se identificavam, indagando também se os mesmos observavam/reconheciam demandas e/ou necessidades dos estudantes para com esta temática visando assim compreender como os professores e professoras de Educação Física lidam com esta problemática em sua prática pedagógica.

Já com relação à temática gênero, o bloco de questões teve como objetivo conhecer quais os conceitos de gênero apresentados pelos professores, dedicando-se a analisar em que medida as concepções apresentadas pelos respondentes são construídos reflexivamente ou apenas fruto do senso comum.

Objetivou-se, também, compreender se os mesmos observam diferenças relacionadas ao comportamento e à preferência de conteúdos entre meninos e meninas na disciplina Educação Física, indagando também os mesmos são ministrados de forma diferenciada entre meninos e meninas.

Com relação à temática sexualidade, as questões foram construídas, primeiramente, com objetivo de verificar o entendimento dos professores através dos conceitos apresentados em suas respostas relacionados a esta temática. Verificou-se também, se os alunos os procuravam para conversar sobre o assunto e se os professores se sentiam constrangidos ou não ao abordar o tema. Deste modo, dedicou-se verificar o que os professores gostariam de saber sobre a temática e o que eles achavam que os estudantes gostariam e necessitavam saber sobre sexualidade, objetivando assim compreender qual a importância atribuída ao tema pelos professores.

No último bloco de questões, objetivou-se conhecer quais os conteúdos/práticas corporais trabalhadas nas aulas de Educação Física; se o Projeto Político Pedagógico auxilia na escolha destes conteúdos indagando aos professores se acham que as temáticas corpo, gênero e sexualidade podem ser abordadas nessa disciplina. Buscou-se verificar, também, se os professores identificavam problemas, preconceitos ligados a gênero e sexualidade e se questões sobre essas temáticas são problematizadas na prática pedagógica destes professores, bem como apontar as maiores dificuldades enfrentadas fora e dentro da escola.

De modo geral, os blocos de questões tiveram objetivo de identificar como se dão as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física relacionadas às temáticas corpo, gênero e sexualidade, visando através de um estudo sistemático seguido de análise das questões respondidas pelos sujeitos da pesquisa compreender se os mesmos consideram-se preparados para abordar tais problemáticas e garantir o cumprimento dos direitos humanos no cotidiano escolar.

Assim que a aplicação dos questionários foi efetivada, assim como suas análises por meio de um estudo sistemático dos mesmos visando identificar como os professores lidam com estas problemáticas no cotidiano e em sua prática pedagógica, assim como os conceitos e preconceitos presentes em suas respostas com relação às temáticas.

Após análise, os questionários foram separados em três categorias para que nos nortegassem na análise resultados, nomeadas da seguinte forma: Professores(as) que identificam estas questões e as problematizam; professores(as) que identificam, mas não problematizam; e professores(as) que não identificam tais questões e não as problematizam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Os questionários foram aplicados a 34 professores, dos quais 14 são homens e 20 mulheres. Destes, 41% destes tem idade de 21 a 30 anos, 38% com idade de 31 a 40 anos, e 9% com idade de 41 a 50 anos e o mesmo percentual para a faixa 51 a 60 anos, sendo que maioria dos professores possui imóvel próprio, automóveis e computador com internet.

Com relação à orientação sexual, todos se identificam heterossexuais. Já com relação à formação, 79% dos professores responderam ter concluído sua graduação em instituições públicas, 12% em instituições particulares e 9% não responderam. Grande parte dos professores informa ter até 5 anos de formados.

No que tange a formação continuada, 79% dos professores responderam ter pós-graduação em uma das áreas a seguir: Educação Física Escolar, Fisiologia, Atividade Física, Saúde, Métodos de Ensino, Educação Física Adaptada, e em Direitos Humanos e Educação.

Após uma breve análise da identificação dos professores, partimos para a análise das questões relacionadas a corpo, gênero e sexualidade buscando analisar como se dão as práticas pedagógicas, relacionado-as com os conceitos apresentados nas respostas das questões discursivas, bem como na percepção dessas questões que estão na base da garantia dos direitos humanos no âmbito escolar.

No que tange a um dos eixos centrais da pesquisa, gênero, a análise das questões discursivas e identificação dos conceitos bem como das ações pedagógicas, foram feitas a partir do conceito que vem norteando nossos estudos que. Segundo Lamas (2000, p. 13), “o novo conceito gênero permitiu a compreensão de que não é a anatomia que posiciona mulheres e homens em âmbitos e hierarquias distintos, e sim a simbolização que as sociedades fazem dela”. É a partir desse conceito que construímos categorias para análise dos questionários.

Com relação ao conceito de gênero identificado nos questionários, alguns professores indicaram em suas repostas como sendo “uma divisão do mundo, do ser humano e de coisas como sendo masculinos e femininos”. Outros sujeitos da pesquisa expressaram em suas respostas uma direta relação de gênero com papéis sociais designados a mulheres e homens na sociedade, sendo que um professor e a maioria das professoras indicaram percepção de caráter biologicista de gênero.

Deste modo, foi possível observar que os conceitos apresentados pelos professores, fundamentam-se grandemente o senso comum, o qual homens e mulheres devem desempenhar seus papéis sociais relacionados às características construídas e atribuídas como masculinas e femininas respectivamente. Tais conceitos podem ocasionar problemas durante a intervenção pedagógica de cada professor, como - por exemplo, a não identificação de alguma forma de preconceito ou violência, ainda que simbólica, relacionados a essas temáticas.

Ao ser questionado se identificavam problemas, preconceitos e discriminações ligadas a gênero e se as diferenças de gênero são problematizadas/discutidas, maioria dos(as) professores(as) afirmam identificar problemas relacionados a estas questões durante as aulas. Segundo uma das informantes (P. 5), ela não enfrenta problemas sérios, apenas “briguinhas de meninos e meninas, que nas brincadeiras, nunca querem perder um pro outro”. Como proposta para resolver o conflito, informa que se deve “misturar todo mundo”.

Em contrapartida, todos os professores disseram problematizar as questões de gênero, apontando como e quando acontece. Três deles responderam discutir com os estudantes a partir de situações conflituosas, e duas professoras assinalaram problematizar em “conversas informais, pequenos grupos e reuniões” (P.20; P. 24). Não parecem ser tematizados preconceitos e violências a ponto de evitar tais agressões, ou desconstruindo concepções do



senso comum, e sim um trabalho de cunho mais imediatista, realizando apenas suas intervenções de acordo com as situações ocorridas nas instituições.

No que diz respeito ao conceito de sexualidade, a maioria dos professores relacionou seu entendimento sobre o tema ao ato sexual propriamente dito, vinculado a necessidade biológica e a reprodução. Observa-se uma forte ligação entre sexualidade e sexo, tal como expressa a posição de um dos professores: “Sexualidade para mim é uma necessidade corporal pelos prazeres relacionados com o sexo” (P.1).

De modo que 32% dos professores ainda vincularam esta questão aos conhecimentos sobre o corpo, as formas de relacionamentos, inclusive a orientação sexual, assim como a existência de preconceito, abuso sexual e métodos contraceptivos. Somente um professor respondeu entender sexualidade social em tensão com a natureza afirmando que. “(...) é um processo natural, que faz parte do desenvolvimento do ser humano que está ligado ao desejo e a libido, e que sofre interferência dos aspectos sociais, biológicos e emocionais” (P. 2).

Outra questão que nos chamou atenção em relação ao tema sexualidade, foram as respostas atribuídas a última pergunta deste bloco a qual indagava o que eles(as) gostariam de conhecer/saber sobre sexualidade, de modo que, 32% dos professores (as) deixaram a pergunta em branco, e 52% responderam que gostariam de conhecer mais sobre o conceito e suas representações ao longo da história, sobre a influência da mídia e amadurecimento precoce, homossexualidade, e sobre recursos metodológicos para abordar a temática com os alunos.

Em contrapartida, destacam-se respostas como “já sei tudo que me interessa” ou “acredito que já tenho maturidade sobre o assunto” as quais merecem uma análise mais detalhada, inclusive comparando-as transversalmente com as demais respostas destes mesmos sujeitos. Uma leitura inicial indica que as demais respostas mostram-se contraditórias e não condizem com esta última.

O conceito de sexualidade para o professor que apresentou a última resposta apontada acima, nos traz que seu entendimento sobre sexualidade seja “o que diz respeito a sexo, à afetividade ao sexo oposto, sensualidade, etc” (P.12). Já o professor que na última questão afirmou que já sabia tudo que lhe interessa, com relação ao conceito de sexualidade, a resposta do professor indica, “quando falamos sobre as nossas sensações, sentimentos e emoções que nos levam ao prazer” (P.13). Este mesmo professor em sua avaliação sobre o que os estudantes precisam saber sobre sexualidade, informa ser: “todas as noções de uma relação segura e sem risco de doenças ou engravidar”.

Deste modo, foi possível identificar que grande parte dos (as) professores (as) relaciona as temáticas gênero e sexualidade à perspectiva biologistica vinculando-as ao heterossexismo cujo segundo Welzer-Lang (2001) corresponde a promoção incessante, pelas instituições, e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que o mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa verificou como professores de Educação Física de escolas municipais, estaduais e conveniada da cidade de Goiânia lidam com as temáticas corpo, gênero e sexualidade, tomando como eixo norteador as políticas educacionais.



Ao analisar os documentos elaborados para nortear a prática pedagógica dos professores e o currículo, tais como, O Plano Nacional de Educação, os Referenciais Curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais, pudemos observar que os mesmos abordam as temáticas gênero e sexualidade a serem trabalhadas como temas transversais nas escolas. Em contrapartida, identificamos que há referências e indicações para abordagem dessas questões, mas não uma disciplina específica ou uma metodologia para nortear a abordagem dessas problemáticas nas instituições de ensino regular assim como na garantia dos direitos humanos, ficando assim a cargo do interesse, das possibilidades e das necessidades de cada escola.

Após análise dos questionários aplicados aos professores, foi possível identificar que grande parte dos educadores não está preparada para trabalhar com essas problemáticas, pois apresentam uma perspectiva ainda fundamentada no senso comum dessas relações de gênero e sexualidade. Deste modo, reafirmamos que os documentos, por si só, não são suficientes para nortear essas temáticas no cotidiano dos professores e em suas práticas pedagógicas: Há, sim, necessidade de uma política pública que garanta, efetive e dê condições para que educadores e gestores possam construir juntamente com os estudantes, outra cultura escolar que garanta os direitos humanos e o respeito à diversidade ao menos no âmbito escolar.

Deste modo, ao relacionarmos as questões respondidas pelos professores com os conceitos que nortearam nossos estudos juntamente com os documentos que norteiam o Sistema Educacional Brasileiro, foi possível identificar que o Estado brasileiro, em seus vários níveis, não tem criado condições de garantir os direitos humanos no âmbito escolar.

Cabe indagar em que medida não acontece essa legitimidade devido ao fato das políticas públicas não reconhecerem concretamente a importância dos educadores e darem subsídios para que as escolas problematizem essas temáticas, pois mesmo havendo políticas voltadas para estas temáticas no âmbito escolar, foi possível identificar nesta pesquisa que apenas uma pequena porcentagem dos professores considera-se preparada para lidar com as situações envolvendo as relações de gênero e sexualidade, tratando-se então de um resultado preocupante, pois se trata da formação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**. Ano 9, pp. 575-585. 2/2001.

ALTMANN, H; MARTINS, C. J. Políticas da Sexualidade no Cotidiano Escolar. In: CAMARGO, A. M. F; MARIGUELA, M. (Orgs.). **Cotidiano Escolar – emergência e invenção**. Piracicaba: Jacintho Editores, 2007. pp.131-149.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.



CONCOCE / CONDICE 2010
IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF
ISSN 2178-485X



LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e desafios do novo e velhos paradigma. **Proposta**. N° 84/85 Março/Agosto de 2000.

LIMA, Francis Madlener de; DINIS, Nilson Fernandes. Corpo e gênero nas práticas escolares de Educação Física. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.1, pp.243-252, Jan/Jun 2007.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas**. Ano 9, pp. 460-482. 2/2001.